

Ascensão social por meio dos estudos: a luta pelo reconhecimento e seus aspectos velados de violência simbólica.

Danielle dos Santos Costa y Germana Lima de Almeida.

Cita:

Danielle dos Santos Costa y Germana Lima de Almeida (2019). *Ascensão social por meio dos estudos: a luta pelo reconhecimento e seus aspectos velados de violência simbólica*. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/2514>



Ascensão social por meio dos estudos: a luta pelo reconhecimento e seus aspectos velados de violência simbólica

Danielle dos Santos Costa
Germana Lima de Almeida

Resumo

A ascensão social de indivíduos de baixa origem social por meio dos estudos é observada no segmento da sociologia da educação, com especial atenção também às estratégias de superação do restrito capital cultural de seu grupo familiar de origem. Este trabalho tem por objetivo refletir sobre esta luta individual por reconhecimento e alguns de seus aspectos, observáveis sob o prisma de uma violência simbólica. Esta revisão de literatura busca aclarar categorias analíticas de Pierre Bourdieu e Axel Honneth com aporte em Taylor num primeiro momento; para em seguida refletir sobre seu potencial de sinérgica relação, quando acionadas pelos debates em educação circunscritos no arcabouço da Sociologia do Improvável. Resultados indicam que tais bases teóricas de investigações, além de encontrar um profícuo campo de estudo nos países em desenvolvimento como o Brasil, revelam aspectos de violência simbólica que permeiam exatamente a incorporação de novos códigos e linguagens sociais por parte dos indivíduos que ascendem socialmente por meio dos estudos, como fator inerente a esta transformação de sua condição social.

Palavras chave: Luta por reconhecimento. Violência simbólica. Sociologia da Educação. Sociologia do improvável. Pessoas de Origem Popular.

Introdução

Os estudos da Sociologia do Improvável (Bergier; Xypas, 2013), ao investigar a temática do êxito escolar e ascensão social de pessoas de origem popular, vem abordando a questão do Reconhecimento proposta por Honneth (Santos; Xypas, 2014; Xypas; Sampaio, 2015), como possível fator contribuinte para o êxito. Valendo-se, contudo, de outros referenciais teóricos pertinentes ao universo microsocial, dentre as quais, a teoria da reprodução bourdieusiana, enquanto ponto de partida de suas considerações.

Fundamentação do problema

A proposta neste trabalho tece conjecturas sobre o âmbito sociológico da violência simbólica em Bourdieu e a perspectiva de que a ascensão nos estudos por parte de populares perpassa não somente a questão do reconhecimento enquanto categoria de



conflitos morais construída por Honneth, mas o reconhecimento como constituição, também, de uma identidade, segundo Taylor (1994).

Considerando, contudo, que a luta dos indivíduos de baixa origem social por reconhecimento social em seu meio escolar, implica na apreensão de novos códigos sociais, gramaticais e categorias simbólicas demandados por grupos ou sistemas ideológicos tidos como hierarquicamente superior – posto que são reconhecidos como tal - tem-se por objetivo refletir sobre os vieses de violência simbólica que esta luta adquire no âmbito das relações interpessoais e cognitivas deste mesmo indivíduo.

Aspectos metodológicos da pesquisa

Esta revisão de literatura em sociologia da educação, circunscrita na proposta teórica de uma Sociologia do Improvável, abstrai as categorias analíticas de dois autores que lhe são muito pertinentes: Axel Honneth e Pierre Bourdieu.

A princípio, busca-se aclarar a categoria analítica de Axel Honneth denominada Luta por Reconhecimento. Uma revisão de seus antecedentes filosóficos é feita para situá-la num contexto geral de pesquisa em educação.

Adiante, delimita-se igualmente algumas das categorias conceituais – fartamente revisitadas - de Pierre Bourdieu que alicerçam os debates propostos por sua investida em sociologia da educação. Com este segundo conjunto de referenciais analíticos, promove-se uma reflexão quanto a relação sinérgica de ambas categorias e autores, quando direcionadas à compreensão das estratégias interpessoais dos indivíduos de baixa origem social em busca de ascensão social por meio dos estudos.

O reconhecimento

Antecedentes filosóficos sobre o reconhecimento

As teorias sobre o reconhecimento vem sendo desenvolvidas desde início dos anos 90, pelo filósofo e sociólogo alemão Axel Honneth, com sua obra “Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais”, e por Charles Taylor, em seu texto “A Política do Reconhecimento”. Ambos abordam a tônica dos conflitos sociais gerados do eixo dominantes/dominados que torna-se especialmente pertinente pela crescente demanda, no mundo pós-moderno, por reconhecimento.

Esta, por sua vez, se desenvolve por princípios galgados na era dos “indivíduos de direitos” e afeta, a grosso modo, apenas uma das vertentes do eixo: os dominados. Ou seja, trata-se de uma postura de indivíduos ou grupos que rechaçam opiniões ou



definições dos dominantes sobre si, empreendendo embates para que tais ideias não sejam refletidas de forma unilateral, mas sim através de um ponto de vista de caracterização destes de maneira bilateral.

Dentro dessa tônica, as perspectivas de Taylor e Honneth vem abordar dois diferentes âmbitos do Reconhecimento. O primeiro, fazendo um apanhado sobre a questão da identidade de indivíduos ou grupos e; o segundo, tratando das questões relacionais motivadoras de conflitos sociais.

Não é coincidência que as proposições de ambos filósofos se entrelaçam, dado que as bases destas tangem posicionamentos de Hegel acerca da organização da sociedade política. Portanto, cabe destacar as constituições temporais das noções sobre as quais as sociedades se guiaram ao longo do tempo.

Taylor (1994) tece um apanhado sócio histórico em função de demonstrar as mudanças históricas de noções difundidas nas sociedades no processo de uma caracterização pré-moderna à moderna, estas transformando-se por meio de um conceito, hierarquicamente constituído, de “honra”, para o conceito de “dignidade” perpetrado por Rousseau, conjugando com a dialética do Senhor e do Escravo de Hegel. Estes são equalizados na era da igual dignidade e liberdade de direitos que são efetivados através do reconhecimento mútuo, igualitário das consciências dos sujeitos.

Como Taylor aborda os desdobramentos do multiculturalismo no mundo moderno, enxergou um problema concretizado pela má interpretação do ideal de dignidade em Rousseau, levando a uma homogeneização das características particulares de indivíduos e grupos, causando o que denomina de Política da Diferença. O ideal hegeliano, ao contrário, vislumbrava o reconhecimento das consciências, não obstante as particularidades, caracterizando, segundo Taylor, uma Política do Igual Respeito.

Em tônica semelhante, Honneth (2003) recorre à elaboração de Hegel para estabelecer como chave para uma organização da sociedade política a questão do reconhecimento para um Sistema de Eticidade. Numa linha temporal sócio histórica, o filósofo demonstra que os ideais político-sociais desde a Grécia Antiga, com a doutrina política clássica de uma ordem ética do comportamento virtuoso, sofreram transformações posteriores à Idade Média, no Renascimento, quando se estabeleceu a Filosofia Social Moderna nas figuras de Maquiavel e Hobbes, ambos concluindo que as atitudes do homem giram em torno da proteção de si mesmo perante os outros.



Com leituras de Platão, Aristóteles e sobre a organização das antigas cidades-estados, Hegel (*apud* Honneth, 2003) tinha em mente a imagem de uma filosofia política preconizada na importância da intersubjetividade da vida pública expressa nas particularidades de cada um, contrapondo-se a posturas filosóficas egocêntricas, tal qual os filósofos modernos citados acima, e Kant. Segundo a visão do filósofo alemão, eram egocêntricas - sinônimo de aéticas - pois as atitudes éticas são as que fomentam a comunidade. Portanto, a substituição do atomismo kantiano pelo vínculo social entre os sujeitos, vínculos éticos estabelecidos no convívio intersubjetivo, denotam uma organização social que efetiva sua coesão no reconhecimento solidário da liberdade individual dos cidadãos (Honneth, 2003, p. 42).

Dada esta prerrogativa do vínculo intersubjetivo como fundamento para a organização social, o reconhecimento da autoconsciência do outro e suas particularidades, ou seja, a maneira como o outro se percebe, é premissa para o estabelecimento desta ordem. Notadamente, há uma convergência destes autores contemporâneos - pautados no posicionamento hegeliano – sobre o fator crucial da identidade. De maneira tal que o próprio Taylor (1994) inaugura o termo Política do Reconhecimento, elegendo o elemento identitário como um dos protagonistas deste embate, tanto ressaltando a falta de reconhecimento, quanto o reconhecimento equivocado como atuantes na formação identitária de indivíduos e/ou grupos.

ou sua falta, frequentemente pelo reconhecimento equivocado dos outros, e assim uma pessoa ou grupo de pessoas podem sofrer danos, distorções reais se as pessoas ou sociedades ao redor destas refletem nelas uma imagem confinada, degradante ou desprezível sobre elas próprias. (Taylor, 1994, p. 25, tradução nossa)

Estas categorias “negativas”, enquanto destoantes dos princípios de reconhecimento recíproco entre iguais, podem ser tão prejudiciais, caracterizando-se, até mesmo, como formas de opressão, para o autor.

Tal opressão, por exemplo, é demonstrada por Bourdieu (2014) a respeito da violência simbólica infligida de forma sutil aos alunos de origem popular que, por possuírem um capital cultural não condizente com aquele exigido pela estrutura educacional, acabam por ser excluídos sob a alegação disfarçada da falta de mérito pessoal para alcançar o sucesso.

Podemos apontar que a violência simbólica perpetrada na relação dominantes/dominados é uma forma de opressão derivada da má concepção das características de indivíduos e grupos – geralmente aqueles pertencentes às categorias



subalternas – que, de certa forma aceitam tal visão, concretizando, assim, o ciclo de engendramento deste tipo de violência.

A tradição da Teoria Crítica, escola da qual Honneth se origina, se pauta nessa dialética para estabelecer uma postura científica para além da descrição pura e simples da organização social, orientando para a libertação dessa relação, isto é, “a emancipação da dominação”. Assim, Honneth orienta sua proposta teórica crítica na explicação dos conflitos sociais gerados na matriz da questão moral, causadora do desrespeito.

A luta por reconhecimento na teoria de Honneth

Como abordado anteriormente, o idealismo hegeliano por meio do seu Sistema de Eticidade foi a base para a construção do cenário teórico de Honneth. De maneira fundamental, tal sistema tratava da socialização humana com uma estruturação interna pautada em dois tipos de relação, enquanto partes de um processo de afastamento das determinações naturais formadoras da identidade: o reconhecimento recíproco entre “pai e filho” que passa de uma relação de dependência para independência; e, a universalização jurídica, o estabelecimento de contratos entre os sujeitos, reconhecidos enquanto proprietários de algo (Honneth, 2003, p. 49).

Tal reelaboração pôde ser traduzida em uma filosofia social, descrito no Sistema de Eticidade de Hegel. Contudo, esta, ainda permanecendo na esfera da filosofia idealista, foi complementada por Honneth – com fins de constituir uma teoria crítica de conflitos sociais – pela Psicologia Social de George Herbert Mead, considerada na sociologia como Interacionismo Simbólico (Honneth, 2003).

Por meio da união da perspectiva filosófica hegeliana e a social – psicológica de Mead e seu discípulo Blumer, o representante alemão da teoria crítica elencou os elementos necessários para expressar de forma adequada os conflitos por reconhecimento. “Uma teoria que constitui uma ponte entre a ideia original de Hegel e nossa situação intelectual encontra-se na psicologia social de George Herbert Mead; visto que seus escritos permitem traduzir a teoria hegeliana da intersubjetividade em uma linguagem teórica pós-metafísica (...)” (Honneth, 2003, p. 123).

Há, por assim dizer, três padrões de reconhecimento intersubjetivo (recíproco), que constituem-se como passos para uma boa relação de um indivíduo consigo mesmo, isto é, a construção do respeito intersubjetivo reflete, ao mesmo tempo, na constituição da autonomia subjetiva. São eles o amor, o direito e a solidariedade, pois são reflexos de âmbitos da reprodução social, para Hegel, com a família, a sociedade civil e o Estado,



e, em Mead, a respeito dos direitos. Há, também a faceta negativa destas instâncias, que dizem respeito ao não reconhecimento, gerando formas de desrespeito, contrárias a cada forma de reconhecimento.

A primeira instância – o amor –, como a própria palavra diz, refere-se à “(...) dimensão da natureza afetiva e dependente da personalidade humana”. Ilustrado pela mãe e o bebê, cuja ligação e dependência extremas podem ser caracterizadas como uma relação simbiótica (Rosenfield; Saavedra, 2013, p. 17). Contudo, reside no fator da dissociação bem “realizada” da consciência do filho em relação ao seu componente materno a caracterização da “capacidade de estar só no mundo”. Essa emancipação bem consolidada possibilita o reconhecimento da independência de ambas consciências, fomentando esta capacidade de autonomia – dado que o sentimento de amor da mãe fornece segurança no mundo, apesar dessa separação – gerando, no bebê, uma relação de confiança em si mesmo (Honneth, 2003, p. 173).

Por outro lado, a forma de desrespeito equivalente ao amor é a violação física, estendendo ao campo psíquico. Assim como o amor é constituído no patamar psíquico–corporal, quando a pessoa sofre maus-tratos corporais, sem assentir para tal, este ato de limitação da possibilidade de autonomia sobre si acarreta nesta um sentimento de perda de confiança em si e no mundo (Honneth, 2003, p. 215).

A segunda esfera refere-se à questão do reconhecimento mútuo dos sujeitos em termos de seus direitos perante à sociedade. Esta, segundo Honneth, tem sido permeada pelas mudanças sócio históricas: os direitos que antes eram atribuídos segundo o princípio da honra a apenas determinados grupos da sociedade, provocando uma assimetria valorativa no direito tradicional; se tornaram, com a era da individuação e universalização dos direitos dos cidadãos, um quesito de equidade, ou seja, os sujeitos passaram a ser reconhecidos de maneira igual na escala jurídica, apesar de suas diferenças.

Como consequência disso, houve a dissociação do que era direito e juízo de valor atribuído e/ou reivindicado por alguém. Todos passaram a ter autonomia individual, em face ao ‘outro generalizado’, para decidir sobre normas morais. Isto é, a esfera do direito se caracteriza como sendo uma forma de respeito universalista, em que todos conhecem as obrigações que os competem e os limites que os circunscrevem em relação ao outro. Dessa forma, está fora da alçada emotiva evocada na esfera do amor; mas dentro de uma consciência cognitiva generalizada, proporcionando uma relação de auto respeito.



De maneira oposta, a privação desses direitos descaracteriza a segurança perante a esse outro generalizado, comprometendo a integridade social do sujeito devido à exclusão social ocasionada por esta subtração. Deste modo, o sujeito tende a perceber-se no mundo de forma assimétrica em relação a outro, afetando a relação consigo mesmo, prejudicando a constituição de sua identidade, conforme Taylor (1994).

A exclusão social é representada pela diferença de classes, cujos indivíduos oriundos dos estratos mais baixos sofrem privação de direitos nos níveis mais essenciais da vida humana, como saúde, alimentação, moradia, emprego, etc., em países em desenvolvimento como o Brasil. Tais sujeitos, por sua vez, tem uma imagem denegrada de si, conflagrada pelos estratos mais altos, corroboradas pelo Estado e suas instituições refletida pelo descaso sobre a situação em que se encontram.

Para Honneth (2003), a terceira esfera diz respeito às características individuais prestigiadas por fatores culturais de determinado grupo. O que é reconhecido como de valor em termos de capacidades e propriedades em determinados grupos é estimado em um indivíduo. Ou seja, aquilo que é particular de um indivíduo em um grupo, o que o diferencia da generalização. Esse modo de reconhecimento das particularidades propicia estima social, e, conseqüentemente, a pessoa tem uma imagem de estima de si mesma. Esta esfera diferencia-se do direito – generalizante -, proporcionando coesão àqueles pertencentes a um grupo. Do contrário, por meio da ofensa e degradação social, o sujeito sofrerá danos em sua dignidade em face da sociedade, pois as propriedades que o distinguem do outro serão o objeto do desrespeito.

Bourdieu e a violência simbólica

A segunda e terceira esferas de uma luta por reconhecimento desenvolvida por Honneth representa os elementos mais relevantes de reflexão junto à teoria da violência simbólica elaborada por Bourdieu.

Não obstante as bases teóricas e aproximações sociológicas que respaldam as categorias analíticas de Honneth atribuírem maior relevância aos fatores subjetivos que motivam a ação humana, enquanto Bourdieu credita maior importância aos elementos estruturados do campo empírico onde se travam as lutas simbólicas; convergem ambos autores para o fato de que aspectos subjetivos são igualmente pertinentes na motivação da ação humana, independente do maior ou menor gradiente de racionalidade que subjazem a estas ações individuais.



Neste sentido, Bourdieu teceu uma teoria do *campo*, cujo palco empírico da observação científica considera diferentes elementos, estruturados e estruturantes, objetivos e subjetivos, para nos trazer a compreensão de que os valores ali disputados nunca estão apreensíveis somente por sua materialidade ou apenas por suas subjetividades.

De acordo com o pensador francês, cada campo de disputa simbólica traz em si um conjunto de normas e valores próprios a este, cujas significações provém de uma base cultural que comumente expressa os valores de uma classe como sistema simbólico: coerente, inteligível e com a função própria de estruturar as relações mais significantes de sua própria constituição.

No campo educacional, sua teoria desvendou o sistema de ensino enquanto um *campo* de relações que foi perpetrado por um grupo de interesse e que, em razão deste, toda sua articulação lógica, ideológica, material e subjetiva se constitui como um sistema cultural voltado para satisfazê-lo (o grupo que a gerou, neste caso, a elite).

Ao apontar que o sistema educacional tende a perpetuar a diferença de classes invés de reduzir as disparidades sociais, Bourdieu e Passeron (2014) demonstraram as forças invisíveis que movem o modelo predominante da educação formal e que se impõem no imaginário e no inconsciente dos indivíduos que transitam por sua estrutura. A falsa meritocracia deste modelo, por exemplo, foi descortinada pela evidência dos diferentes *capitais culturais* herdados pelos estudantes e que serão determinantes na sua ascensão social ou não, por meio do universo escolar, visto que aqueles que detêm maior capital econômico (classes privilegiadas) estarão sempre em melhores condições de compreensão dos códigos linguísticos, sociais, intelectuais e outros, do universo escolar. São exatamente estes herdeiros de classes mais abastadas, igualmente detentores de uma maior e mais próspera tessitura de capital social.

Nesta sua construção teórica e recorte educacional, a categoria de *violência simbólica* emerge enquanto elemento subjetivo, pois trata de uma violência, não física. Mais do que isso, a violência simbólica é um modelo de violência que muito frequentemente não é sequer percebida pela vítima, que adere ao seu caráter agressor, pactuando com a agressão que sofre.

O universo escolar seria o palco privilegiado dessa violência simbólica, segundo Bourdieu e Passeron (2014), exatamente por estabelecer-se de forma velada, institucionalizada e legitimada pela tradição e pelo sistema oficial, propagando um teor ideológico de alto grau de alienação ou ‘domesticação’ de grupos sociais menos



privilegiados, e em favor das classes sociais mais abastadas que elaboraram e implantaram este sistema.

O próprio mito da meritocracia, exemplificam os autores, levam os indivíduos de menor *capital cultural* a acreditar que estão em condição de igualdade com os indivíduos de maior *capital cultural*, simplesmente por partilharem uma mesma sala de aula. Em verdade, conforme essa teoria, a desigualdade de condições externas à escola é perpetuada dentro dela e é exatamente este mito de meritocracia que leva os primeiros a aceitação da condição de perpetuação de uma opressão social, tornando-se propagadores dos códigos, símbolos e materialidade deste sistema de valores e predisposição à ação que, em muitos casos, leva os menos favorecidos a sequer lutar por uma melhoria de sua condição por acreditar que não lhes é um direito. E a luta perdida, quando se tenta, não raro é igualmente interpretada como se este indivíduo não tivesse se empenhado devidamente – o mito incorporado da meritocracia.

Resultados e discussão

No esteio de uma sociologia do improvável, tem-se em países em desenvolvimento um campo diferenciado do cenário francês que forjou esta teoria. Nestes, como os países da América Latina, encontram-se inúmeros casos de indivíduos de baixa origem social que superam a limitação de seu *capital cultural* e ascendem socialmente por meio dos estudos, vindo a se tornar doutores, engenheiros, funcionários públicos e professores bem sucedidos (Xypas; Sampaio, 2015).

E é exatamente em relação a estes indivíduos que apontamos a confluência de categorias analíticas de Honneth e Bourdieu. Em diversos casos já observados de sucesso escolar improvável, foi constatado que o *capital cultural* herdado do grupo familiar – um fator fortemente condicionante do sucesso escolar no sistema educacional francês e fora dele – embora de menor vulto em indivíduos de baixa origem social, é superado a partir de estratégias outras de obtenção deste.

Conforme retratado por Santos e Xypas (2014) e Xypas e Sampaio (2015), estudantes de comunidades carentes, filhos de famílias desestruturadas, minorias étnicas, grupos familiares de vulnerabilidade sociais diversas (como o alcoolismo, violência doméstica, prostituição, etc.), encontraram em organizações de bairros, movimentos religiosos, grupos de arte, atividades extracurriculares de suas escolas, ou mesmo com pessoas de seu meio que lhes serviram de inspiração, suprimentos necessários para ampliação de seu arcabouço cultural individual. Mesmo sem a herança familiar ou sua participação



direta, portanto, estes indivíduos desenvolveram relações interpessoais, apreenderam novos códigos e linguagens simbólicas que lhes permitiram uma maior desenvoltura no jogo escolar, garantindo-lhes uma proeminência em relação a muitos outros de semelhante origem.

No entanto, em sendo a sua condição de origem o palco principal de fornecimento de uma inteligibilidade, coerência e relações significantes do mundo que os cerca, ao objetivar em um universo escolar o palco principal de sua identidade laboral futura, inicia-se um mergulho num universo outro, distante de seus sistemas de códigos e cultura social de origem.

Xypas e Sampaio (2015), em sua pesquisa sobre êxito escolar inesperado de alunos com histórico de fracasso, discorrem sobre um estudo de caso utilizando elementos de uma luta por reconhecimento: *Pablo*, um rapaz que demonstrava comportamento avesso aos estudos de forma geral. Não reprovava como via de regra, mas fazia o mínimo para obter notas que pudessem levá-lo para o próximo ano. Apresentava comportamento violento/de rebeldia contra aos representantes escolares e colegas, ou seja, uma luta por um reconhecimento negativo, contra a escola (2015, p. 51).

No entanto, Pablo veio tomar conhecimento de um grupo que fazia apresentação literária nas escolas e tinha como foco o incentivo à leitura, cujo interesse no rapaz foi despertado. Apesar de ser recusado no programa por não ter os requisitos exigidos, Pablo insistia em participar das ações, até que um dia a coordenadora resolveu dar uma chance ao garoto. A partir de então, o comportamento de Pablo mudou radicalmente. Este passou a tirar notas ótimas e se comportar como aluno exemplar, obtendo êxito escolar.

Observa-se, na narrativa, que o interesse do rapaz demonstrou uma capacidade particular, uma singularidade valorizada pelo grupo – expresso na esfera da estima social de Honneth. A coordenadora, na figura de representante do grupo, reconheceu esta característica e, portanto, solidarizou-se com Pablo ao dar-lhe uma chance. Ao ser reconhecido, sua relação consigo mesmo foi equacionada para uma relação positiva, proporcionando a ele a autoestima.

O trabalho de Xypas e Sampaio (2015) revela que, uma vez com autoestima positiva, *Pablo* passou a buscar o reconhecimento na segunda e terceira esferas de uma luta por reconhecimento (Honneth, 2003). A primeira, uma esfera do direito, *Pablo* passou a reconhecer seu direito social de estar em um ambiente escolar e, neste sentido,



assumindo as obrigações que o compete e respeitando os limites que os circunscrevem em relação ao outro. Deixou de agir como se fora um excluído e integrou-se melhor a um contexto social. Na terceira, da estima social ou solidariedade, oriunda do reconhecimento do grupo de literatura quanto às suas aptidões, propiciou sua aptidão e estima social que reverberou em sua própria autoestima perante um grupo. E dali em diante repercutiu nas suas ações fora do próprio grupo, favorecendo sua mudança de postura em sala e na escola, vindo a tornar-se um aluno acima da média.

A mudança de postura de *Pablo* implica na aceitação do sistema escolar que, na teoria da reprodução (Bourdieu; Passeron, 2014) é o instrumento privilegiado de uma violência simbólica. Mas o papel de *Pablo* não tem o intuito de corroborar com a reprodução escolar e sim, de apreender os elementos simbólicos que, possivelmente, o levarão à ascensão social. E são estes elementos simbólicos que trazem em si aspectos ideológicos velados e legitimados institucionalmente, perpetuando uma reprodução de desigualdades sociais que o *Pablo* jamais terá capacidade de transformar, mas apenas, de mudar sua classe social, com tendência a reproduzir a crença meritocrática, observada criticamente por Bourdieu e Passeron, enquanto elemento propagador de uma violência simbólica própria de um sistema de desigualdades.

Considerações finais

Na ocasião desta tentativa de coadunar as propostas de ambos teóricos principais aqui elencados, em vista do estudo de caso na pesquisa de Xypas e Sampaio (2015) sobre *Pablo*, fora da alçada de nossa proposição, mas ainda dentro do escopo da sociologia do improvável, há a indagação a respeito de como o garoto veio a ter interesse nesse programa de incentivo à literatura. Que condições e quais mecanismos levaram o jovem a despertar para tal área de estudo e, conseqüentemente, perseverar para entrar no grupo mencionado?

No próprio artigo, elaborado pelos autores acima mencionados, uma das categorias analíticas utilizadas foi a “Relação com o Saber” postulada por Bernard Charlot (2000), cuja premissa central expõe a condição subjetiva do sujeito que ativa sua busca por conhecimento; cujo processo tripartite se constitui da seguinte forma: o *sentido* que determinado conhecimento faz para a realidade do mundo do sujeito; a partir deste, haverá a *mobilização* e, por último, proporcionará a *atividade* para apreender o conhecimento. De qualquer forma, na pesquisa mencionada não foi investigada ou



mesmo apontada a forma como o jovem veio a despertar o interesse. Há, portanto, o mote para investigações mais aprofundadas em tal aspecto.

Resta, ainda, refletir sobre qual base epistemológica os estudos na sociologia do improvável devem se pautar. Ora, se há, como pressuposto, a perspectiva da reprodução segundo o arcabouço teórico em Bourdieu, deve-se assumir que o pilar seja a preponderância estruturalista sobre o indivíduo; porém, se nos estudos da sociologia do improvável, arcabouços teóricos de bases epistemológicas que vigoram a ação subjetiva do indivíduo – tais quais as perspectivas de Charlot e Honneth – deveria se supor que estas causariam um embate epistemológico.

No entanto, devemos reiterar aqui que o fator preponderante para as pesquisas que abordam o êxito escolar de pessoas de origem popular, desta feita a sociologia do improvável, é buscar uma explicação empiricamente comprovada para tal fenômeno. Portanto, decerto seria mais sensato abordar uma diversidade de aportes conceituais para chegar a considerações viáveis.

Referências

- Bergier, B.; Xypas C. Para uma Sociologia do Improvável. Percursos atípicos e Sucessos inesperáveis na Escola Francesa. Revista Educação em Questão, Natal, v. 47, n. 33, p.36-58, set/dez. 2013.
- Blumer, Herbert. A natureza do interacionismo simbólico. In: Mortensen, C. D. (Org). Teoria da comunicação: textos básicos. São Paulo: Mosaico, 1980.
- Bourdieu, Pierre; Passeron, Jean-Claude. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- Catani, Afrânio Mendes et al. (Orgs.) Vocabulário Bourdieu. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- Honneth, Axel. Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.
- Rosenfield, C. L.; Saavedra, G. A.. Reconhecimento, Teoria Crítica e Sociedade: sobre desenvolvimento da obra de Axel Honneth e os desafios da sua aplicação no Brasil. Revista Sociologias: Porto Alegre, ano 15, nº 33, mai/ago. 2013, p. 14-54.
- Santos, S. C. M.; Xypas, C. O sucesso escolar de alunos de origem popular sob o olhar da teoria do reconhecimento social. Ariús-Revista de ciências humanas e artes, Campina Grande, v. 20, n.1, pp 6-20, jan./jun. 2014.



Taylor, Charles. The Politics of Recognition. In: Taylor, Charles *et al.* Multiculturalism: examining the politics of recognition. Princeton: Princeton University Press, 1994.

Xypas, B.; Sampaio, M. L. P. Sucesso escolar inesperado de alunos com história de fracasso. In: Carvalho, A. S. *et al.* Políticas Públicas de Formação e Avaliação de Leitores, Ensino de Literatura e Leituras. V Enlize, Campina Grande: EDUFPG, 2015, p. 43-62.